# ALINHAMENTO CURRICULAR, DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

## CURRICULAR ALIGNMENT, COMPETENCE DEVELOPMENT AND DIVERSITY: CONTRIBUTIONS OF INTERNATIONAL EXPERIENCES TO BRAZILIAN EDUCATION

https://doi.org/10.63330/aurumpub.074-060

**Fernando Pereira dos Santos Barbosa**
Mestrando em Educação
Universidad Europea del Atlántico – UNEATLANTICO, Cantábria/Santander, Espanha,
Fundação Universitária Iberoamericana – FUNIBER, Florianópolis, Santa Catarina-Brasil
E-mail: fernandobarbosapsicopedagogo@outlook.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/2760923476829236
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-9367-6597

**Hayrlla Gisele Maia Saldanha**
Mestranda em Educação
Universidad Europea del Atlántico – UNEATLANTICO, Cantábria/Santander, Espanha,
Fundação Universitária Iberoamericana – FUNIBER, Florianópolis, Santa Catarina-Brasil
E-mail: giselehayrlla@gmail099.com

**João Vitor Faquim**
Mestrando em Educação
Universidad Europea del Atlántico – UNEATLANTICO, Cantábria/Santander, Espanha,
Fundação Universitária Iberoamericana – FUNIBER, Florianópolis, Santa Catarina-Brasil
E-mail: jvfaquim@educacao.riopreto.sp.gov.br

**Kelly Tavares da Costa**
Mestranda em Educação
Universidad Europea del Atlántico – UNEATLANTICO, Cantábria/Santander, Espanha,
Fundação Universitária Iberoamericana – FUNIBER, Florianópolis, Santa Catarina-Brasil
E-mail: kellycosta.tavares@gmail.com

**Resumo**

O alinhamento curricular constitui uma dimensão estratégica da organização dos sistemas educacionais, especialmente quando articulado à definição de aprendizagens essenciais, ao desenvolvimento de competências e ao reconhecimento da diversidade sociocultural. Este artigo analisa as contribuições de experiências internacionais de organização curricular para a reflexão sobre os desafios da educação brasileira, tomando como referência o estudo de Moder (2015), que apresenta experiências desenvolvidas na Coreia do Sul, Austrália, Colômbia, Chile e África do Sul. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise interpretativa e comparativa da literatura selecionada. O objetivo consiste em discutir em que condições o alinhamento curricular pode contribuir

para o fortalecimento dos contextos educativos, sem produzir padronizações descontextualizadas ou restringir a autonomia dos profissionais da educação. A discussão considera as relações entre currículo prescrito e implementado, competências, conhecimentos científicos, formação docente, avaliação, inclusão e desigualdades educacionais. Os resultados da análise indicam que a coerência entre objetivos, conhecimentos, metodologias e avaliação pode favorecer a intencionalidade pedagógica, mas não assegura, isoladamente, a qualidade da educação. Sua efetividade depende da continuidade das políticas públicas, da participação docente, das condições institucionais, da valorização da diversidade e da garantia de oportunidades concretas de aprendizagem. Conclui-se que o alinhamento curricular deve ser compreendido como processo contextualizado, democrático e inclusivo, comprometido com a formação humana integral e com a democratização do conhecimento.

**Palavras-chave:** Alinhamento curricular; Competências; Diversidade; Formação docente; Políticas educacionais.

**Abstract**

Curricular alignment is a strategic dimension of the organization of educational systems, particularly when connected to the definition of essential learning, competence development and the recognition of sociocultural diversity. This article analyzes the contributions of international experiences in curriculum organization to the discussion of the challenges facing Brazilian education, drawing on Moder (2015), who examines experiences in South Korea, Australia, Colombia, Chile and South Africa. This is a qualitative bibliographic and theoretical study based on an interpretative and comparative analysis of selected literature. Its objective is to discuss the conditions under which curricular alignment can contribute to strengthening educational contexts without producing decontextualized standardization or restricting the autonomy of education professionals. The discussion addresses the relationships between prescribed and implemented curricula, competencies, scientific knowledge, teacher education, assessment, inclusion and educational inequalities. The findings indicate that coherence among objectives, knowledge, methodologies and assessment can strengthen pedagogical intentionality, but cannot independently guarantee educational quality. Its effectiveness depends on the continuity of public policies, teacher participation, institutional conditions, recognition of diversity and the assurance of genuine learning opportunities. The article concludes that curricular alignment should be understood as a contextualized, democratic and inclusive process, committed to comprehensive human development and the democratization of knowledge.

**Keywords:** Competencies; Curricular alignment; Diversity; Educational policies; Teacher education.

## 1 INTRODUÇÃO

O currículo ocupa uma posição central na organização dos sistemas educacionais, uma vez que estabelece referências para a definição das finalidades formativas, orienta a seleção dos conhecimentos e influencia diretamente as experiências de aprendizagem desenvolvidas nas instituições escolares. Sua importância, entretanto, ultrapassa a dimensão administrativa e organizacional, pois representa uma construção social, histórica, cultural e política, atravessada por diferentes concepções de educação, sociedade, conhecimento e formação humana.

Compreender o currículo exige reconhecer que as escolhas realizadas durante sua elaboração não são neutras. A seleção dos conteúdos, a definição das competências, a organização das áreas do conhecimento e a determinação das formas de avaliação expressam prioridades sociais e educacionais. Nesse sentido, o currículo pode contribuir tanto para a democratização do acesso ao conhecimento quanto para a reprodução de desigualdades, especialmente quando desconsidera as condições concretas de aprendizagem e as diferentes experiências socioculturais dos estudantes.

No cenário educacional contemporâneo, as transformações tecnológicas, econômicas, culturais e sociais ampliam a necessidade de propostas curriculares capazes de responder às demandas de uma sociedade complexa e em permanente transformação. As instituições educacionais são desafiadas a desenvolver práticas pedagógicas que articulem conhecimentos científicos, capacidades intelectuais, competências, habilidades e atitudes, sem perder de vista a formação crítica e a participação social dos estudantes.

Essa realidade intensifica as discussões sobre o alinhamento curricular, compreendido como a articulação entre as finalidades educacionais, os objetivos de aprendizagem, os conhecimentos selecionados, as metodologias de ensino e os processos avaliativos. Quando construído de maneira coerente, o alinhamento permite maior clareza sobre o que se pretende ensinar, por que determinados conhecimentos são considerados relevantes e de que maneira os processos de aprendizagem podem ser acompanhados.

Entretanto, é necessário estabelecer uma distinção entre alinhamento e padronização. O primeiro pressupõe coerência entre as diferentes dimensões do processo educativo, enquanto a segunda pode assumir características excessivamente uniformizadoras, reduzindo a possibilidade de contextualização das propostas pedagógicas. Uma política curricular que pretende fortalecer a educação precisa assegurar referências comuns de aprendizagem, mas também reconhecer as particularidades das escolas, dos territórios, dos professores e dos estudantes.

A problemática ganha relevância quando se observam as experiências internacionais de organização curricular. Diferentes países desenvolveram propostas destinadas a estabelecer aprendizagens essenciais, fortalecer a formação dos estudantes, ampliar a participação docente e melhorar a articulação entre currículo

e avaliação. Entretanto, os resultados e os desafios dessas iniciativas estão relacionados às condições históricas, políticas, econômicas e institucionais de cada sociedade.

Nesse contexto, destaca-se o estudo de Maximiliano Moder (2015), intitulado *Desenhos curriculares internacionais: cinco experiências para reflexões sobre o sistema educacional brasileiro*. O autor apresenta uma análise comparativa de experiências desenvolvidas na Coreia do Sul, Austrália, Colômbia, Chile e África do Sul, identificando elementos que contribuem para o debate sobre a organização das políticas curriculares brasileiras.

A análise dessas experiências permite compreender que não existe um modelo curricular universal, capaz de ser reproduzido integralmente em diferentes contextos. Cada sistema educacional possui características próprias, determinadas por sua trajetória histórica, por suas relações sociais, por sua organização administrativa e pelas prioridades estabelecidas em suas políticas públicas. Consequentemente, a comparação internacional precisa ser conduzida de maneira crítica, evitando interpretações que transformem experiências estrangeiras em soluções automáticas para os problemas educacionais brasileiros.

A Coreia do Sul, a Austrália, a Colômbia, o Chile e a África do Sul apresentam diferentes possibilidades de organização curricular, evidenciando questões relacionadas à definição das aprendizagens, à participação dos professores, à continuidade das políticas públicas, à diversidade e à avaliação. Essas experiências demonstram que a construção de um currículo consistente exige articulação entre planejamento, implementação e acompanhamento, além de condições institucionais que permitam transformar as orientações formais em práticas pedagógicas efetivas.

A discussão também precisa considerar a centralidade do desenvolvimento de competências nas propostas curriculares contemporâneas. A organização do ensino por competências procura superar uma concepção de aprendizagem restrita à memorização de conteúdos, valorizando a capacidade de mobilizar conhecimentos em diferentes situações. Contudo, essa perspectiva exige reflexão conceitual, pois o conceito de competência apresenta diferentes interpretações no campo educacional.

Costa (2005) problematiza a noção de competência enquanto princípio de organização curricular, demonstrando que sua utilização envolve diferentes significados e interpretações. Essa discussão é fundamental porque a adoção de determinadas terminologias não garante, por si só, transformações nas práticas pedagógicas. É necessário compreender como os conceitos são apropriados pelos professores e de que maneira orientam o planejamento, o ensino e a avaliação.

Machado (2007), ao discutir a relação entre objetivos, competências e habilidades, também contribui para esse debate, especialmente ao demonstrar a importância de compreender as diferenças e as aproximações entre essas categorias. A reorganização curricular não deve se limitar à substituição de

expressões ou à elaboração de listas de competências, mas precisa produzir mudanças efetivas na organização das experiências de aprendizagem.

Outro aspecto fundamental diz respeito à autonomia docente. Os professores desempenham papel decisivo na interpretação e na implementação do currículo, pois são responsáveis por transformar as orientações educacionais em situações concretas de ensino. Nesse sentido, Pires (2018) contribui para a compreensão das tensões existentes entre o currículo por competências e o trabalho docente, evidenciando a necessidade de analisar criticamente os efeitos das prescrições curriculares sobre a organização pedagógica.

A questão torna-se ainda mais complexa quando relacionada à diversidade e à inclusão educacional. Os estudantes apresentam diferentes trajetórias, experiências, condições sociais, ritmos de aprendizagem e formas de participação. Assim, um currículo comprometido com a democratização do conhecimento precisa prever estratégias diversificadas, acessibilidade pedagógica, acompanhamento das dificuldades e valorização das potencialidades individuais.

No contexto brasileiro, essas questões assumem particular importância em razão da extensão territorial, da diversidade cultural e das desigualdades socioeconômicas que caracterizam o país. A existência de referências nacionais de aprendizagem precisa dialogar com as realidades estaduais e municipais, com os projetos político-pedagógicos e com os conhecimentos produzidos pelas diferentes comunidades.

No estado de Sergipe, por exemplo, a organização curricular deve considerar as características históricas, culturais, sociais e territoriais que constituem a identidade regional. Os conhecimentos das comunidades tradicionais, as manifestações culturais, as experiências locais e as particularidades das instituições escolares precisam integrar as práticas educativas, contribuindo para uma formação que reconheça a diversidade como dimensão constitutiva da sociedade.

Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: em que condições o alinhamento curricular pode contribuir para o fortalecimento dos contextos educativos brasileiros, preservando a diversidade sociocultural, a autonomia docente e o direito à aprendizagem?

O objetivo geral consiste em analisar criticamente as contribuições das experiências internacionais de organização curricular apresentadas por Moder (2015), relacionando-as aos desafios de desenvolvimento de competências, inclusão e fortalecimento das políticas educacionais brasileiras.

Como objetivos específicos, pretende-se: analisar as características das experiências curriculares da Coreia do Sul, Austrália, Colômbia, Chile e África do Sul; discutir as relações entre alinhamento curricular, conhecimentos, competências, habilidades e avaliação; examinar a importância da formação e da autonomia docente nos processos de implementação curricular; e refletir sobre as possibilidades de construção de

propostas curriculares contextualizadas, inclusivas e comprometidas com a redução das desigualdades educacionais.

A justificativa deste estudo está relacionada à necessidade de aprofundar a compreensão do currículo como instrumento de organização do trabalho pedagógico e de efetivação do direito à educação. Embora os documentos curriculares estabeleçam referências importantes para o desenvolvimento das aprendizagens, sua efetividade depende das condições concretas de implementação e da participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A relevância acadêmica da discussão também está na possibilidade de estabelecer aproximações entre os estudos internacionais e as reflexões produzidas no campo brasileiro da educação, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de competências, à valorização dos conhecimentos científicos, à formação docente e à inclusão educacional.

Defende-se, como argumento central, que o alinhamento curricular constitui uma estratégia relevante para fortalecer os sistemas educacionais, desde que seja desenvolvido por meio de processos democráticos, contextualizados e comprometidos com a formação humana integral. Seu potencial não reside na uniformização das práticas, mas na construção de coerência entre as finalidades educacionais, os conhecimentos, as metodologias e a avaliação, respeitando as diferenças e assegurando condições efetivas de aprendizagem.

Figura 1 – Dimensões estruturantes do alinhamento curricular na perspectiva da educação inclusiva




Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em Moder (2015), Costa (2005), Machado (2007) e Pires (2018).

## 2 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como pesquisa teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise interpretativa e comparativa de produções acadêmicas relacionadas à organização curricular, ao desenvolvimento de competências, à formação docente e às políticas educacionais. A escolha dessa abordagem justifica-se pela natureza do problema investigado, que exige compreender conceitos, argumentos e experiências educacionais a partir de suas dimensões históricas, sociais, políticas e pedagógicas.

A pesquisa bibliográfica constitui um procedimento relevante para a construção do conhecimento científico, pois permite identificar, sistematizar e interpretar contribuições teóricas já produzidas sobre determinado objeto de investigação. Nesse sentido, o estudo não se limita à reprodução das ideias dos autores consultados, mas procura estabelecer relações entre diferentes perspectivas, identificando aproximações, tensões e possibilidades de interpretação.

O corpus central da investigação é constituído pela publicação de Moder (2015), que apresenta cinco experiências internacionais de organização curricular e estabelece reflexões sobre suas possíveis contribuições para o sistema educacional brasileiro. A escolha dessa obra está diretamente relacionada ao objetivo de compreender como diferentes países estruturam suas políticas curriculares e quais elementos podem contribuir para o debate sobre o alinhamento curricular.

A análise foi complementada pelas contribuições de Costa (2005), Machado (2007) e Pires (2018). Esses estudos foram selecionados por sua relação direta com os principais eixos temáticos da investigação, especialmente a compreensão do conceito de competência, a organização curricular e os efeitos das propostas curriculares sobre o trabalho dos professores.

O estudo não envolveu entrevistas, questionários, observações de campo ou aplicação de instrumentos de coleta de dados junto a estudantes, professores ou gestores. Também não foram realizados procedimentos de intervenção pedagógica. Dessa maneira, os resultados apresentados possuem natureza teórica e interpretativa, estando vinculados ao conteúdo e aos argumentos das publicações analisadas.

O desenvolvimento metodológico foi organizado em quatro movimentos complementares.

Inicialmente, realizou-se a leitura analítica da obra de Moder (2015), buscando identificar os conceitos fundamentais relacionados à organização curricular, às experiências internacionais, à definição das aprendizagens e à implementação das políticas educacionais.

Em seguida, foram sistematizadas as cinco experiências internacionais apresentadas pelo autor, considerando as particularidades da Coreia do Sul, Austrália, Colômbia, Chile e África do Sul. Essa etapa teve como finalidade identificar os principais aspectos destacados na comparação, sem estabelecer uma hierarquia simplificadora entre os sistemas educacionais.

No terceiro movimento, foram examinadas as contribuições de Costa (2005), Machado (2007) e Pires (2018), buscando estabelecer relações entre a discussão internacional e os desafios da organização curricular brasileira. Foram consideradas especialmente as questões relacionadas à polissemia do conceito de competência, à articulação entre objetivos e habilidades e à valorização da autonomia docente.

Por fim, realizou-se uma síntese interpretativa, organizada em torno de categorias temáticas: alinhamento curricular; desenvolvimento de competências; conhecimentos científicos e culturais; currículo prescrito e currículo implementado; formação e autonomia docente; diversidade e inclusão; e desigualdades educacionais.

A análise foi orientada pelo problema de pesquisa e pelos objetivos estabelecidos, procurando compreender em que condições o alinhamento curricular pode contribuir para o fortalecimento dos contextos educativos. A interpretação dos resultados considerou a necessidade de relacionar as dimensões normativas do currículo às condições concretas de sua implementação.

É importante destacar que a comparação internacional possui limites metodológicos. As experiências examinadas são apresentadas a partir do recorte e da interpretação desenvolvidos por Moder (2015), não constituindo uma atualização independente das políticas educacionais atualmente vigentes nos cinco países. Dessa maneira, as conclusões não pretendem representar integralmente a complexidade dos sistemas educacionais analisados, mas contribuir para uma reflexão teórica sobre os fundamentos e os desafios do alinhamento curricular.

A opção por uma abordagem qualitativa também permite reconhecer que a qualidade das políticas curriculares não pode ser compreendida exclusivamente por indicadores quantitativos. É necessário considerar as experiências dos sujeitos, as relações pedagógicas, os contextos institucionais e as condições sociais que interferem nos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, a metodologia adotada possibilita uma discussão fundamentada sobre o currículo como construção social e prática educativa, articulando referências internacionais e contribuições teóricas relevantes para a compreensão dos desafios da educação brasileira.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da obra de Moder (2015) permite compreender que a organização curricular constitui um processo complexo, influenciado por fatores históricos, políticos, culturais e institucionais. As experiências internacionais examinadas pelo autor demonstram que a construção de políticas curriculares exige articulação entre as finalidades educacionais, os conhecimentos considerados essenciais, o desenvolvimento de competências e as condições necessárias à implementação das propostas pedagógicas. Nesse sentido, o estudo comparativo oferece subsídios para refletir sobre os desafios enfrentados pelos

sistemas educacionais, especialmente no que se refere à construção de currículos coerentes com as necessidades de cada contexto social.

Na análise internacional, Moder (2015) apresenta cinco experiências que evidenciam diferentes possibilidades de organização curricular. Na Coreia do Sul, destaca-se a continuidade das políticas educacionais, a existência de processos de atualização curricular e a definição de aprendizagens relacionadas às transformações sociais e econômicas. A experiência australiana, por sua vez, apresenta um currículo nacional estruturado em torno de aprendizagens essenciais, conhecimentos disciplinares e capacidades gerais, procurando conciliar referências comuns e particularidades regionais.

Na Colômbia, a discussão concentra-se nos desafios de estabelecer referências curriculares nacionais em um contexto marcado pela diversidade institucional e territorial. O caso chileno evidencia os impasses relacionados à construção de consensos e à continuidade das políticas educacionais, demonstrando que as disputas políticas podem interferir na consolidação de propostas curriculares. Já a África do Sul apresenta uma experiência particularmente relevante para a discussão sobre diversidade, inclusão e transformação social, considerando a necessidade de superar as desigualdades históricas produzidas pelo apartheid e construir uma educação fundamentada em princípios democráticos.

Para sistematizar as principais características dessas experiências, apresenta-se a Tabela 1, que reúne os países analisados, os aspectos curriculares destacados e suas possíveis contribuições para a reflexão sobre a educação brasileira.

Tabela 1 – Síntese comparativa das experiências internacionais de organização curricular

| **Países** | **Aspectos curriculares destacados** | **Contribuições para a reflexão sobre a educação brasileira** |
|---|---|---|
| Coreia do Sul | Continuidade das políticas educacionais e atualização curricular. | Evidencia a importância da continuidade e do planejamento das políticas curriculares. |
| Austrália | Aprendizagens essenciais, conhecimentos disciplinares e capacidades gerais. | Aponta a possibilidade de articular referências curriculares comuns às particularidades regionais. |
| Colômbia e Chile | Diversidade institucional e territorial, disputas e desafios de continuidade das políticas educacionais. | Reforça a necessidade de considerar os contextos locais e construir consensos na implementação curricular. |
| África do Sul | Diversidade, inclusão, transformação social e enfrentamento das desigualdades históricas. | Destaca a importância de um currículo comprometido com a inclusão e a democratização do conhecimento. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em Moder (2015).

A comparação demonstra que os países analisados apresentam trajetórias distintas, mas compartilham preocupações relacionadas à definição das aprendizagens esperadas, à participação dos professores e à articulação entre currículo e avaliação. As experiências examinadas reforçam que a implementação de propostas curriculares não depende exclusivamente da formulação de documentos normativos, mas também da existência de condições institucionais, formação profissional e continuidade das políticas educacionais. Moder (2015) destaca, nesse contexto, a importância da formação inicial e continuada dos educadores, assim como das condições de trabalho necessárias à efetivação das orientações curriculares.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização das competências como referência para a organização das aprendizagens. Essa perspectiva desloca a atenção de uma simples listagem de conteúdos para a compreensão daquilo que os estudantes precisam conhecer, desenvolver e mobilizar em diferentes situações. Entretanto, o desenvolvimento de competências não deve representar o abandono dos conhecimentos científicos e culturais, mas sua articulação com capacidades de interpretação, análise, comunicação e resolução de problemas.

Essa discussão aproxima-se de Costa (2005), que analisa a noção de competência como princípio de organização curricular e evidencia a existência de diferentes interpretações sobre seu significado no discurso docente. A autora demonstra que a ausência de clareza conceitual pode comprometer a compreensão e a implementação das propostas curriculares. Portanto, trabalhar com competências exige fundamentação teórica, planejamento pedagógico e formação profissional. Machado (2007), ao discutir a relação entre objetivos, competências e habilidades, também evidencia que a mudança terminológica não representa necessariamente uma transformação das práticas pedagógicas. É necessário compreender a articulação entre essas categorias e os processos efetivos de aprendizagem.

Considera-se que o alinhamento curricular é uma estratégia adequada para fortalecer os contextos educativos, desde que seja construído de maneira contextualizada, democrática e inclusiva. A articulação entre objetivos, conhecimentos, competências, metodologias e avaliação contribui para conferir maior coerência ao trabalho pedagógico, evitando que o planejamento escolar se transforme em um conjunto fragmentado de atividades sem relação com as finalidades educacionais.

Nesse aspecto, concorda-se com Moder (2015) quando o autor destaca a importância da definição das aprendizagens esperadas, da continuidade das políticas educacionais e do envolvimento dos professores. Entretanto, é necessário estabelecer uma distinção entre alinhamento e padronização. O alinhamento curricular deve assegurar coerência entre as diferentes dimensões do processo educativo, enquanto a padronização excessiva pode desconsiderar as particularidades dos estudantes e das instituições. Uma proposta curricular nacional precisa garantir direitos de aprendizagem sem impedir que as escolas incorporem conhecimentos, experiências e manifestações culturais próprias de suas comunidades.

Outro argumento que merece ser acrescentado à análise diz respeito às desigualdades educacionais. Não é suficiente estabelecer os mesmos objetivos para todas as escolas quando as condições de infraestrutura, acesso à tecnologia, materiais pedagógicos e formação profissional são profundamente diferentes. A garantia de aprendizagens comuns exige políticas públicas capazes de oferecer condições concretas para que os estudantes tenham oportunidades efetivas de alcançar os conhecimentos previstos.

A experiência sul-africana contribui significativamente para essa reflexão, pois demonstra que o currículo também pode constituir um instrumento de reconhecimento da diversidade e de enfrentamento das desigualdades históricas. Nesse sentido, a organização curricular precisa contemplar as diferentes identidades culturais, sociais e linguísticas, promovendo uma educação que reconheça as diferenças como parte constitutiva da formação humana.

Outro aspecto fundamental refere-se à valorização da autonomia docente. Os professores não devem ser compreendidos como simples executores de orientações curriculares elaboradas por instâncias administrativas, mas como profissionais que participam da construção do conhecimento e da organização do trabalho pedagógico. Pires (2018), ao analisar a implementação de um currículo por competências em uma escola pública paulista, evidencia como determinadas formas de organização curricular podem restringir a autonomia dos professores e favorecer a fragmentação dos conhecimentos. Essa contribuição permite compreender que o alinhamento curricular precisa ser acompanhado de formação continuada, planejamento coletivo e participação efetiva dos profissionais da educação.

Considerando essas reflexões, o Quadro 1 sintetiza dimensões fundamentais para a construção de um alinhamento curricular contextualizado e inclusivo, articulando os elementos discutidos na literatura com as exigências concretas dos processos educativos.

Quadro 1 – Dimensões fundamentais para a construção de um alinhamento curricular contextualizado e inclusivo

| Dimensão | Caracterização e implicações pedagógicas |
|---|---|
| Organização curricular e desenvolvimento das aprendizagens | Articulação entre objetivos educacionais, conhecimentos científicos e culturais e desenvolvimento de competências, considerando as necessidades e os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes. |
| Formação docente, diversidade e inclusão | Valorização da autonomia dos professores, da formação continuada, do planejamento coletivo, da acessibilidade e da avaliação formativa como elementos fundamentais para uma educação democrática e inclusiva. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em Moder (2015), Costa (2005), Machado (2007) e Pires (2018).

As dimensões apresentadas no Quadro 1 demonstram que o alinhamento curricular não pode ser reduzido à organização formal de conteúdos ou à definição de competências. Sua efetividade depende da integração entre objetivos de aprendizagem, conhecimentos, práticas pedagógicas, formação docente e avaliação. Sob essa perspectiva, a inclusão educacional precisa ser considerada desde o planejamento curricular, e não apenas como uma medida complementar destinada aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas.

No contexto brasileiro, essas reflexões assumem importância diante da diversidade regional e das desigualdades que caracterizam a Educação Básica. A Base Nacional Comum Curricular estabelece aprendizagens essenciais e competências gerais, mas sua implementação precisa dialogar com os currículos estaduais e municipais, os projetos político-pedagógicos e as realidades das comunidades escolares. No caso de Sergipe, por exemplo, a organização curricular deve considerar as características históricas, culturais, sociais e territoriais do estado, valorizando também os conhecimentos das comunidades tradicionais e as experiências dos estudantes.

Sob a perspectiva da inclusão educacional e da psicopedagogia, é igualmente necessário reconhecer que os estudantes apresentam diferentes ritmos, experiências e formas de aprender. O planejamento curricular precisa prever estratégias diversificadas, acessibilidade, acompanhamento das dificuldades e valorização das potencialidades individuais. A avaliação, nesse processo, deve assumir caráter formativo, contribuindo para identificar avanços e orientar intervenções pedagógicas, em vez de funcionar exclusivamente como mecanismo de classificação.

Dessa maneira, o alinhamento curricular deve ser compreendido como um processo de articulação permanente entre políticas públicas, instituições, professores e estudantes. Sua finalidade não pode se limitar à obtenção de indicadores de desempenho, mas deve contribuir para uma formação humana integral, fundamentada na apropriação dos conhecimentos, no desenvolvimento de competências e na participação crítica na sociedade.

Assim, a principal contribuição da análise de Moder (2015), em diálogo com Costa (2005), Machado (2007) e Pires (2018), consiste em evidenciar que políticas curriculares consistentes dependem da articulação entre planejamento, definição das aprendizagens, participação docente, avaliação e continuidade institucional. As experiências internacionais devem ser compreendidas a partir de seus contextos, servindo como referências para reflexão crítica e construção de alternativas educacionais, e não como modelos a serem reproduzidos automaticamente.

## 4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo possibilitou analisar criticamente as contribuições das experiências internacionais de organização curricular apresentadas por Moder (2015), estabelecendo relações com os

desafios contemporâneos da educação brasileira. A discussão permitiu compreender que o currículo representa uma construção social, política, cultural e pedagógica, cuja qualidade depende tanto da consistência de suas orientações quanto das condições concretas de implementação.

As experiências da Coreia do Sul, Austrália, Colômbia, Chile e África do Sul demonstram diferentes possibilidades de organização dos sistemas educacionais. Embora apresentem características específicas, os casos analisados evidenciam preocupações relacionadas à definição das aprendizagens, ao desenvolvimento de competências, à participação dos professores, à continuidade das políticas públicas e à articulação entre currículo e avaliação.

A análise permitiu responder ao problema de pesquisa ao demonstrar que o alinhamento curricular pode contribuir para o fortalecimento dos contextos educativos quando estabelece coerência entre as finalidades educacionais, os conhecimentos, as metodologias e os processos avaliativos. Entretanto, essa estratégia não é suficiente, isoladamente, para assegurar a qualidade da educação.

Sua efetividade depende de condições institucionais, materiais e profissionais que possibilitem transformar as orientações curriculares em experiências de aprendizagem significativas. A existência de documentos normativos bem estruturados não garante, por si só, que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos e desenvolvam as competências previstas.

Nesse sentido, a formação inicial e continuada dos professores assume importância decisiva. Os profissionais precisam compreender os fundamentos das propostas curriculares, participar de sua implementação e dispor de condições adequadas para organizar práticas pedagógicas contextualizadas.

As contribuições de Costa (2005) demonstram a necessidade de compreender criticamente o conceito de competência, considerando sua diversidade de interpretações no campo educacional. Machado (2007) amplia essa reflexão ao discutir as relações entre objetivos, competências e habilidades, evidenciando que a reorganização curricular não pode se limitar à substituição de terminologias. Pires (2018), por sua vez, permite reconhecer as tensões que podem surgir entre as prescrições curriculares e a autonomia profissional dos professores.

Essas contribuições reforçam a necessidade de compreender o desenvolvimento de competências em articulação com a apropriação dos conhecimentos científicos, históricos e culturais. A formação escolar não deve ser reduzida ao treinamento para desempenhos previamente estabelecidos ou às exigências imediatas do mercado de trabalho. Seu compromisso precisa envolver o desenvolvimento intelectual, social, cultural, ético e crítico dos estudantes.

Outro resultado importante refere-se à relação entre alinhamento curricular e diversidade. A garantia de direitos comuns de aprendizagem não significa exigir trajetórias idênticas de todos os estudantes. As instituições precisam desenvolver estratégias diversificadas, acessibilidade pedagógica e avaliação formativa, considerando as diferentes necessidades e potencialidades.

A inclusão educacional exige que o currículo seja planejado para favorecer a participação e a aprendizagem de todos, reconhecendo que as dificuldades não podem ser atribuídas exclusivamente aos estudantes. As condições de ensino, a organização institucional e as barreiras presentes no ambiente escolar também precisam ser consideradas.

No contexto brasileiro, a articulação entre referências nacionais e currículos locais representa um desafio relevante. A organização curricular precisa assegurar conhecimentos essenciais, mas também reconhecer as particularidades regionais, as identidades culturais e as experiências das comunidades. Em Sergipe, essa perspectiva permite valorizar os conhecimentos territoriais e as manifestações culturais locais, articulando-os aos conhecimentos científicos e universais.

A análise também demonstrou que as desigualdades educacionais precisam ocupar posição central no debate curricular. Não é suficiente estabelecer os mesmos objetivos para todas as instituições quando as condições de infraestrutura, formação profissional e acesso aos recursos pedagógicos são diferentes. A garantia de oportunidades reais de aprendizagem exige políticas públicas capazes de enfrentar essas desigualdades.

Conclui-se, portanto, que o alinhamento curricular deve ser compreendido como processo de construção coletiva, sustentado pela participação docente, pela continuidade institucional, pela formação profissional, pela inclusão e pela garantia de condições materiais adequadas. Seu propósito não deve ser uniformizar as práticas pedagógicas, mas fortalecer a coerência do trabalho educativo, respeitando as características dos diferentes contextos.

Como limitação, destaca-se que a investigação foi desenvolvida a partir de análise bibliográfica, sem pesquisa empírica ou atualização documental independente das políticas educacionais dos países examinados. Assim, os resultados representam uma interpretação teórica das obras selecionadas e não pretendem esgotar a complexidade das experiências internacionais.

Recomenda-se que pesquisas futuras investiguem como professores e gestores interpretam e implementam propostas de alinhamento curricular nas redes públicas brasileiras, considerando as condições institucionais, as práticas avaliativas, a formação docente e as estratégias de inclusão. Estudos de campo também poderão aprofundar a compreensão das relações entre currículo, diversidade regional e desenvolvimento das aprendizagens.

Por fim, compreende-se que um currículo de qualidade precisa estar comprometido com a formação humana integral, a democratização do conhecimento e o enfrentamento das desigualdades. Alinhar o currículo significa construir coerência sem apagar diferenças, assegurar direitos sem impor uniformidade e transformar orientações educacionais em oportunidades concretas de aprendizagem para todos os estudantes.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus e à espiritualidade, que nos proporcionaram força, sabedoria e perseverança para a realização deste trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina FP106 – Desenho Curricular, Programação e Desenvolvimento de Competências. Agradecemos às nossas famílias, pelo apoio incondicional e pela compreensão ao longo de toda a trajetória acadêmica, bem como aos nossos cônjuges, pelo incentivo constante e pela motivação diária. Manifestamos nossa gratidão à Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO) e à Fundação Universitária Iberoamericana (FUNIBER), pela oportunidade de participação no Mestrado em Educação e pelo suporte institucional, fundamentais para a realização deste estudo. Expressamos, de forma coletiva, nossa gratidão pela amizade, parceria e colaboração durante todo o desenvolvimento do trabalho, que se consolidou como uma experiência enriquecedora de aprendizagem, pesquisa e reflexão sobre a educação. Registramos nosso reconhecimento à equipe formada por Fernando Pereira dos Santos Barbosa, João Vitor Faquim, Hayrlla Gisele Maia Saldanha e Kelly Tavares da Costa. Por fim, agradecemos a todos os professores, formadores e profissionais que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo, reafirmando a importância da cooperação, da pesquisa e do compromisso com uma prática educativa crítica, inclusiva e transformadora.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/.Acesso em: 06 nov. 2026.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. **Currículo de Sergipe:** educação infantil e ensino fundamental. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação, [s.d.]. Disponível em: https://seduc.se.gov.br/curriculo-de-sergipe/. Acesso em: 06 nov. 2026.

COSTA, T. A. A noção de competência enquanto princípio de organização curricular. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 52–62, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200005. Acesso em: 08 nov. 2026.

MACHADO, T. M. R. Organização curricular: objetivos ou competências e habilidades? Procurando a diferença entre “seis e meia dúzia”. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Apresentação em painel**. Caxambu: ANPEd, 2007.

MODER, M. **Desenhos curriculares internacionais:** cinco experiências para reflexões sobre o sistema educacional brasileiro. Movimento pela Base, 2015. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/MODER_Benchmark-internacional.pdf. Acesso em: 08 nov. 2026.

PIRES, J. L. V. O currículo por competências e o trabalho de professores. **Revista e-Curriculum**, v. 16, n. 3, p. 566–593, 2018. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i3p566-593. Acesso em: 08 nov. 2026.